



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA (36ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dez dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Sexta (36ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de novembro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Laércio Rocha Pires (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citada Resolução, convidou a Vereadora Daniela Dalben Mota para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciado o "**EXPEDIENTE**", o senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do *Requerimento nº 604, de 2014*, subscrito pelo Vereador *Laércio Rocha Pires*, solicitando, “com base nos Artigos 81, I, “a”; 156, I, e 167, § 1º, do Regimento Interno vigente, *justificativa de falta* para a data, por motivo de doença, conforme *atestado médico anexo*”, o que foi aprovado, pela Casa, sem voto discordante dos presentes. Posto isto, o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Trigésima Quinta (35ª) Sessão Ordinária, realizada em 03 de novembro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Neste ponto, a sessão foi suspensa às 18h48, para cumprimento do *Requerimento nº 566/2014, do Vereador Waldemar Marcurio Filho*, aprovado pela Casa, em sessão anterior, solicitando fosse recebida, em Plenário, a *senhora Valdelice Moreira de Abreu Souza, Coordenadora do Transporte da Saúde*, convocada para prestar esclarecimentos sobre a gestão de tal transporte. A sessão foi reaberta às 19h23. Dando por efetivamente iniciada a parte do “Expediente”, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 112, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “dispondo sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos Guardas Civis Municipais, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 113, de 2014, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos aos serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, conforme específica”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 114, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 101/2014, datada de 10/11/2014, objeto do Ofício nº 101/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a alienar, mediante venda, por meio de processo licitatório, na modalidade concorrência pública, bens imóveis, que especifica, constantes do patrimônio público municipal e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 115, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 102/2014, datada de 10/11/2014, objeto do Ofício nº 102/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a alienar, mediante venda, por meio de processo licitatório, na modalidade concorrência pública, bens imóveis, que especifica, constantes do patrimônio público municipal e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 96/2014, datada de 05/11/2014, objeto do Ofício nº 96/2014, de igual data, “alterando a Lei Complementar nº 206/06, que dispõe sobre a reorganização administrativa e a reestruturação do quadro de pessoal, com plano de empregos, carreira e salários do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 97/2014, datada de 04/11/2014, objeto do Ofício nº 97/2014, de igual data, “dispondo sobre a aprovação do Plano de Urbanização do loteamento denominado Domênico Bianchi A e B”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 98/2014, datada de 07/11/2014, objeto do Ofício nº 98/2014, de igual data, “dispondo sobre alteração das Leis Complementares nºs



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

267/2013 e 278/2013, que versam sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos, em comissão, e a reorganização da estrutura administrativa, no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 99/2014, datada de 10/11/2014, objeto do Ofício nº 99/2014, de igual data, “dispondo sobre o Plano Diretor do Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 100/2014, datada de 20/10/2014, objeto do Ofício nº 100/2014, datado de 10/11/2014, “dispondo sobre o parcelamento do solo, para fins urbanos, no Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2014, de autoria do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, “concedendo o título de Cidadão Mogimiriano ao senhor Vanderlei Andrade”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nº. 101 e 102/2014, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 114 e 115/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 581, de 2014, do Sr. Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, solicitando, “seja oficiada a Viação Santa Cruz, bem como o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que façam a mudança do ponto de ônibus, localizado na Rua Ulhôa Cintra, esquina com a Rua Ministro Firmino Whitaker”; nº 582, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o requerido no Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

146/2011, para completa dedetização dos bueiros e bocas de lobo, em todo o município de Mogi Mirim”; n°s 584, 585 e 591, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre projetos de divulgação da velocidade permitida no local de instalação dos radares móveis, para que seja publicado, juntamente com a divulgação das vias, onde serão instalados os radares móveis”, “seja oficiada a Secretária de Mobilidade Urbana de Mogi Mirim, Beatriz Gardinalli, para que compareça no Plenário da Câmara, no dia 17 de novembro de 2014, às 18h30, com o intuito de informar sobre os radares, recentemente instalados nas vias do Município de Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre autorização para implantação de postes e câmeras, em via pública das Chácaras Sol Nascente, para efeito de monitoramento das ruas do bairro”; n°s 588 e 589, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe qual a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família, distribuídos por bairro, bem como informe o montante total mensal do benefício em Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o Programa Minha Casa/Minha Vida”; n°s 590 e 598, de 2014, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe qual o prazo para início do programa de castração dos animais da população carente” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o requerido na Indicação n° 598/2014, que sugeriu operação tapa-buracos, com urgência, na Rua Professora Zelândia Araújo Ribeiro e adjacências, no Bairro Santa Helena”; n°s 592, 593, 594, 595 e 596, de 2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 41/2014, remetendo cópia da homologação do contrato atual da merenda escolar, conforme Artigo 34, § 2º, da LOM de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 41/2014, remetendo cópia do Edital de Concorrência da merenda escolar e seus anexos, conforme Artigo 34, §2º, da LOM de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 41/2014, remetendo cópia do cardápio da merenda escolar, por categoria, conforme Artigo 34, §2º, da LOM de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 41/2014, remetendo cópia do contrato atual da merenda escolar e seus anexos, conforme Artigo 34, §2º, da LOM de Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 41/2014, remetendo cópia dos orçamentos da merenda atual das empresas participantes, conforme Artigo 34, §2º, da LOM de Mogi Mirim”; nº 597, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que providencie a relação dos imóveis que estão alugados pela Prefeitura, para alocar seus departamentos e seus respectivos valores”; nº 600, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 1040/2014, para implantação de dispositivo de redução de velocidade na Rua Conde Álvares Penteado, Bairro Mirante”; nº 601, de 2014, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que convide os deputados eleitos e reeleitos nas últimas eleições, para que visitem o município”; nºs 602 e 603, de 2014, do Vereador Benedito José do Couto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solicitando, respectivamente, “seja oficiada a direção da Techno Park – Estacionamento Rotativo – Zona Azul, para que seja emitida notificação de autuação, antes da aplicação de penalidade ao motorista” e “seja oficiada a direção da Techno Park – Estacionamento Rotativo – Zona Azul, para isenção de cobrança de estacionamento aos idosos e cadeirantes”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 661, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “providências, junto ao SAAE, para reparo no vazamento existente na Rua José Poletini, próximo ao número 1520”; nº 662, de 2014, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, “providências, para implantação de horário de ônibus, a partir das 5 horas, pela manhã, na linha que atende o Residencial Floresta”; nºs 663 e 664, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “providências, para reparo na galeria de águas pluviais na rua Francisco França Camargo, na Vila São José” e “providências, para reparos na pavimentação asfáltica da Rua Aristides Trentin”; nº 665, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, “demarcação e sinalização de solo na Avenida Benedito Marques de Camargo, nos acessos às rotatórias e no acesso à Avenida Dr. João Avancini”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 87, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Doreide da Silva do Nascimento, ocorrido em 02 de novembro último”; nº 89, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares e outros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o Corpo de Bombeiros de Mogi Mirim, especialmente Bombeiros Salzani e Velozo, pela atuação no salvamento de um bebê, vítima de broncoaspiração de leite”; nº 91, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o Capítulo Demolay “Cavaleiros das Sete Virtudes” nº 424, pelo aniversário de quinze anos de fundação”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 6125/2014, datado de 29 de outubro de 2014, subscrito pelo Deputado Enio Tatto, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, “encaminhando o Requerimentos nºs. 2189/2014, daquela Casa de Leis”; (arquite-se); Ofício nº 637/2014, datado de 04 de novembro do corrente, subscrito pelo Dr. Rogério José Filócomo Júnior, Promotor de Justiça de Mogi Mirim, “comunicando que a cobrança da CIP está suspensa, por ordem judicial, notificada a Prefeitura e Elektro”; (arquite-se); *Portaria nº 656/2014*, datada de 04 de novembro de 2014, subscrita pelo Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, “nomeando o senhor *Leonardo David Zaniboni*, para ocupar o cargo, em comissão, de *Secretário de Captação, Gestão e Controle da Prefeitura de Mogi Mirim*, com exercício a contar de 04 de novembro do corrente”; (arquite-se); *Portaria nº 657/2014*, datada de 05 de novembro de 2014, subscrita pelo Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, “exonerando o senhor *Marcos Bento Alves de Godoy*, do cargo, em comissão, de *Subprefeito de Martim Francisco*, com efeito a contar de 05 de novembro do corrente”; (arquite-se); Ofícios nºs. 761, 769, 770, 771 e 772, datados de 04 de novembro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 489/2014; Indicação nº 625/2014; Indicação nº 622/2014; Indicação nº 620/2014; Requerimento nº 539/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofícios nºs 02 e 03/2014, datados de 10 de novembro do corrente, do Partido Solidariedade SDD, subscritos pelo Vereador Ary Augusto dos Reis Macedo e outros, respectivamente, “comunicando sua assunção à liderança de bancada” e “indicando-o como novo integrante da Comissão de Justiça e Redação, em substituição ao Vereador Leonardo David Zaniboni”; (arquite-se); Ofício nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

254/2014, datado de 18 de setembro de 2014, subscrito pelo Engenheiro Paulo Roberto S. B. de Souza, Gerente da Agência Ambiental de Mogi Guaçu da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo CETESB, “respondendo o Requerimento nº 309/2014, desta asa de Leis”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que se fez porta-voz da manifestação da família do Professor Ferreira Lima – Dr. Quinzote, relativa ao Projeto de Lei nº 91/2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni, atualmente, no exercício do cargo de Secretário Municipal de Captação, Gestão e Controle da Prefeitura Municipal. A Vereadora leu extensa carta dos familiares, datada de 09 de novembro de 2014, encabeçada pelo cidadão Renato Netto de Carvalho e Silva, representante de todos os contrários ao objeto do projeto, ou seja, à alteração de denominação de rua, com o nome do ancestral, Professor Ferreira Lima, para uma nova denominação, a de Rosa Colço Zaniboni, proposta do vereador, atual secretário. Na carta, os familiares alegavam que o ato do vereador e atual secretário, em alterar o nome da rua, tinha sido impensado, que o signatário, em entrevistas, tinha se mostrado contraditório e que, tanto os familiares, quanto o Centro de Documentação Histórica Joaquim Firmino – CEDOCH não permitiriam que atitudes com falta de bom senso desmerecessem o nome do Dr. Quinzote. Ao final da leitura, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, posicionou-se contrário ao projeto de lei, já arquivado na Casa, e disse que a família do Dr. Quinzote seria sempre bem-vinda à Câmara Municipal. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa que, desde logo, saudou seu correligionário, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, PDT, desejando-lhe bom retorno. Depois, falou sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a Santa Casa, comentando que estivera no hospital, acompanhando o namorado, e que tinha presenciado cenas difíceis, constatando o verdadeiro caos do lugar, com muita demora no atendimento, na recepção, demora de mais de duas horas. “Não culpo enfermeiros e nem os médicos, mas precisamos lutar para que a prefeitura melhore as condições da Santa Casa, com mais verbas, novo programa de gerenciamento, porque eu percebi que os médicos se desdobram, eram apenas três profissionais, para atender uma população enorme que lá estava, portanto, humanamente, era impossível um atendimento humanizado, diante daquela correria, pois eram muitos para atender, portanto, a Santa Casa precisa de mais investimentos e de um melhor gerenciamento, então, eu peço ajuda e sugiro uma reunião, com a Mesa Gestora daquele hospital, porque fiquei realmente abismada”, discorreu. Sobre outro assunto, a Vereadora mencionou moção de congratulações e aplausos, de sua coautoria, para com o Corpo de Bombeiros de Mogi Mirim, especialmente, Bombeiros Salzani e Velozo, pela força e eficácia no salvamento, por telefone, de um bebê, vítima de broncoaspiração de leite materno. Também comentou a posição da Prefeitura, em resposta ao um seu pedido, para pintura das rampas de acesso na cidade, assunto já discorrido pela vereadora, várias vezes, em tribuna, explicando esta que, primeiro, a administração justificara a necessidade de uma legislação específica para pintura das rampas; que tal resposta fora passada à Secretaria da Pessoa com Deficiência, que, por sua vez, respondera com toda uma legislação, para que a Secretaria de Mobilidade Urbana pudesse implementar a pintura; que a Secretaria de Mobilidade Urbana tinha recebido a resposta e, depois, tinha encaminhado um novo pedido, desta vez, de projeto de pintura das rampas e sendo, novamente, atendida pela Secretaria da Pessoa com Deficiência, que lhe remetera o projeto; que, depois disso tudo, um novo ofício da Secretaria de Mobilidade Urbana justificava, desta vez, falta de orçamento para a pintura das rampas, e ainda, solicitava à vereadora, que procurasse algum



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deputado, para conseguir a tinta para pintura das rampas e que, ela, vereadora, havia procurado o deputado do PDT, Major Olímpio, encaminhando-lhe ofício, solicitando a tinta, para que, enfim, pudessem ser sinalizadas todas as rampas da cidade. Agradeceu e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Quaglio, que se reportou à fala da Coordenadora do Transporte da Saúde, funcionária Valdelice Moreira de Abreu Souza. Salientou que uma coisa havia ficado clara durante a explanação da coordenadora, ou seja, a falta de um planejamento, por parte do Poder Executivo. Acentuou que este planejamento deveria ter sido feito no início do exercício anual, para todas as áreas da administração municipal, não só para a saúde, pois era público e notório que, a arrecadação municipal era sempre farta, no primeiro semestre do ano, em virtude dos tributos arrecadados, tais como, IPTU, IPVA e outros, e sofria queda, no segundo semestre, pela falta de arrecadação dos mesmos tributos. Disse que, na área do transporte, especificamente, lembrava que os motoristas e proprietários de vans do transporte escolar estavam sem receber desde junho; que esta era questão de gestão, uma coisa simples; que o Setor do Planejamento estava apenas a remanejar problemas; que o grande problema do atual Governo Municipal era a falta de planejamento; que a gestão pública tinha que dimensionar os gastos, organizar-se, enxugando os gastos, no primeiro semestre, para controlá-los no segundo semestre; que a administração não estava fazendo isso; que a administração não estava pagando aos prestadores de serviço do município; que a administração devia planejar os cortes, algo que não se estava observando, que aguardaria, para ver como a administração faria com os próximos dois anos de governo e que, esperava o Prefeito e seus assessores tivessem aprendido a lição e fizessem, doravante, um planejamento orçamentário em cima da realidade. Finalmente, cumprimentou os munícipes Pedro Rogatto e Eduardo Souza, presentes nas Galerias da Câmara, para assistir os debates, e desejou que mais pessoas assim fizessem. “Se todos os mogimirianos fizessem isso, as coisas mudariam, certamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque vereador só vota sob a pressão popular e quanto mais pessoas da sociedade estiveram nesta Casa, a chance de erro fica menor e, assim, vamos melhorar o Legislativo e a administração pública de Mogi Mirim”, frisou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que também comentou a moção de congratulações, de sua autoria, aos Bombeiros Salzani e Velozo, desejando também congratulações a toda a corporação e à mãe, pela coragem de ter, sob a orientação telefônica dos bombeiros, trabalhado as vias aéreas da criança de vinte e cinco dias, salvando-a. Na sequência, o vereador falou sobre o requerimento que apresentou, reforçando o pedindo de um dispositivo de controle de velocidade na Rua Campo Grande, Bairro Mirante. Também, parabenizou a equipe do Time de Futebol Elite, que tinha se sagrado Campeã da Segunda Divisão do Futebol Amador de Mogi Mirim, bem como se congratulou com o Time de Futebol Usina Esmeralda, a Vice-campeã. A seguir, comunicou a todos que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo havia suspenso os efeitos da liminar, que tinha conseguido reter a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, na cidade de Mogi Mirim, afirmando que não estava contente com a decisão. Verbalizou que a cidade toda estava revoltada com a cobrança; que a decisão do Presidente do Tribunal, Dr. José Renato Narini, era suspeita e o argumento fora surpreendente, porque justificava que a suspensão da cobrança iria desestabilizar as contas do município, e explicou que Mogi Mirim não estava gastando sequer um real em iluminação, porque a manutenção continuava sendo feita pela Elektro; que a decisão do Presidente do Tribunal fora política, que os Vereadores Cinoê Duzo, Maria Helena Scudeler de Barros, Luiz Guarnieri, Luzia C. Nogueira e ele, orador, tinham votado contra a CIP, e que, a cobrança poderia ser legal, mas era imoral. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos que, aproveitando a presença da Assessora da Secretaria da Saúde, Lourdes Cardoso, nas Galerias da Câmara, solicitou-lhe melhor qualidade no atendimento e trato com as pessoas nas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

UBS do Jardim Flamboyant, Santa Clara, Novacoop e Santa Helena, pois eram muitas as reclamações a respeito do péssimo atendimento aos munícipes. “Os munícipes reclamam do péssimo atendimento e da falta de remédios e, às vezes, não é só a questão do dinheiro, mas a necessidade de rever o trato com as pessoas, o atendimento, portanto, e eu peço à assessora que leve a nossa reivindicação ao Secretário de Saúde e espero que as condições melhorem”, destacou e concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que, desde logo, desejou sucesso e boa sorte ao Vereador Leonardo David Zaniboni, novo Secretário de Captação, Gestão e Controle, e as boas vindas ao Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. Depois, versou acerca das proposituras que apresentou, citando a Indicação nº 663/2014, que sugeriu reparos na Rua Francisco F. Camargo, explicando que esta não era sua primeira solicitação para a via e que, alguns reparos já tinham sido feitos no local, anteriormente, tais como, a concretagem de uma boca de lobo, conseqüentemente, isso fizera surgir um alagamento, em frente a algumas residências, motivo pelo qual o edil requeria urgentes providências. Falou sobre o Requerimento nº 597/2014, de sua autoria, desejoso que estava em saber qual a quantidade de imóveis locados pela administração, seus valores, quais departamentos os utilizavam, objetivando ter noção do montante do valor total em alugueis, para acompanhar tais valores, haja vista que o momento atual era o ‘de vacas magras’ e um controle de custos era muito bem-vindo. Prosseguindo, narrou visita que fizera à Secretária de Mobilidade Urbana, Sra. Beatriz Gardinalli, para lhe colocar inúmeras reclamações sobre os radares. O vereador do PT disse que concordava com a solicitação do Vereador Jorge Setoguchi, para que a secretária viesse à Câmara, a fim de esclarecer a respeito das diversas velocidades explicitadas nas placas de sinalização, algumas indicando velocidade de trinta quilômetros por hora, significando redutores de velocidade; outras, indicando velocidade de quarenta quilômetros por hora, sinalizando curva a diante, e, outras ainda, indicando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cinquenta quilômetros por hora, finalmente, relativas aos radares móveis, algo que tinha gerado muita confusão. “Essas velocidades geraram muita confusão, dever-se-ia ter consenso, faltou pontuação do que estava ocorrendo, para evitar os transtornos, mas a secretária será muito bem-vinda à Câmara, para esclarecimentos, sua vinda aqui é esperada e também, para que ela nos diga quando os radares entrarão em funcionamento”, destacou. Depois, reportando-se à fala da Coordenadora do Transporte da Saúde, funcionária Valdelice Moreira de Abreu Souza, comparou os problemas relativos ao transporte, na área da saúde, aos mesmos problemas do transporte escolar rural, porque ambos eram problemas de ordem financeira, levando o vereador a perceber uma total falta de planejamento e de controle de custos, na administração, quando era necessário gastar bem e saber onde se deveria gastar e, no caso transporte rural, lembrou que os proprietários de vans estavam sem receber o pagamento, desde o mês de junho, algo inaceitável, na opinião do vereador do PT. Por fim, mencionou a moção de votos de congratulações e aplausos, que apresentou, para com o Capítulo Demolay Cavaleiros das Sete Virtudes nº 424, de Mogi Mirim, pelo aniversário de quinze anos de fundação, aclarando que o capítulo era formado por jovens, homens que eram direcionados a terem responsabilidade, desejo pelos estudos, amor à pátria, desenvolvendo novos líderes. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que iniciou, criticando um jornal, tabloide e veículo de propaganda das obras da administração municipal. Afirmou que duas coisas chamavam a atenção no material. A primeira, a matéria sobre o Zoológico Municipal, que colocava que a obra estava concluída, com espaço para educação ambiental, perguntando o vereador por que a população não tinha acesso ao Horto Florestal, se a obra já estava concluída. Perguntou ainda, se a administração pretendia esperar o ano eleitoral para inaugurar a obra. “As famílias, que pretendem lazer, terão que esperar dois anos, para o Horto ser entregue a população?”, inquiriu. Afirmou que a segunda coisa interessante era a calçada, executada na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Avenida Amucci Truffi, no Parque da Imprensa, e pela foto, na propaganda, podia se ver um poste no meio da calçada, uma calçada mal feita, sem acessibilidade. Destacou que uma obra concluída e não entregue era algo ruim, mas que uma obra mal acabada e colocada à disposição da população, com seus perigos, era algo muito pior. Perguntou onde estavam os fiscais da prefeitura, os secretários com salários de oito mil reais, aclarou que não existia dinheiro para a saúde, nos cofres públicos, mas existia para se jogar fora, com um ‘jornalzinho de informações duvidosas’, ou até enganosas. Falou que uma das suas bandeiras era a área ambiental e citou o Complexo Lavapés – Zerão, área verde e de lazer, abandonada pela administração. Lembrou que uma representante da prefeitura estivera na Câmara, comprovando aos vereadores, que os valores destinados às melhorias no complexo estavam depositados em conta, e perguntou, então, onde estavam as obras realizadas no complexo e onde estavam os três milhões de reais, mencionados para aquele local, um local sem qualquer manutenção. Lembrou que tinha apresentado ideia para que cada bairro tivesse a sua academia ao ar livre e que, a sugestão tinha sido rejeitada por alguns vereadores, mas o governo municipal, no seu jornalzinho, mencionava a instalação de outras academias e perguntou, enfim, qual era o motivo desse despropósito, se fora por que a ideia tinha sido de sua autoria. Estabeleceu que nada do que pedia era para ele, orador, mas para a população, porque ele via o coletivo e não o individual. “Vamos parar com a vaidade, independentemente, da fonte, de onde vieram, as verbas são para a qualidade de vida da nossa cidade, o governo municipal está guardando obras para serem inauguradas no período eleitoral, para ver se consegue aparar arestas de uma administração desacreditada, a população não acredita mais no prefeito, no seu vice e em alguns secretários, portanto, esta administração está mais que desgastada”, salientou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. Este deu as boas vindas ao Vereador Marcos Bento Alves de Godoy e desejou boa sorte ao vereador Leonardo Zaniboni, novo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Secretário de Captação, Gestão e Controle da Prefeitura de Mogi Mirim. Prosseguindo, passou a comentar os problemas existentes na zona rural, explicando que a população rural tinha perdido metade do percurso da linha de ônibus que os atendia, e que, o Posto Saúde Familiar – PSF, do Bairro Gabrielzinho, tinha sido interditado pela defesa civil, porque apresentava rachaduras no prédio, posto este, que ficava distantes quinze quilômetros do centro da cidade. Relatou que vinha alertando a respeito da precariedade das instalações do PSF, através de indicações que apresentara, mas que, infelizmente, o fechamento tinha realmente acontecido, e ele, orador, esperava que a prefeitura resolvesse o mais rápido possível tal situação, haja vista que população tinha sido relocada, para que fosse atendida no PSF do Bairro Piteiras, distante dez quilômetros do Bairro Gabrielzinho, o que dificultaria e muito a vida municipal rural. Por fim, agradeceu a aprovação do requerimento, que convocou a Secretária de Mobilidade Urbana e Trânsito, Beatriz Gardinalli, para comparecer ao Plenário da Câmara, dia 17, a fim de esclarecer a respeito do problema dos radares fixos e estáticos, e lembrou ainda, que a população estava indignada com as várias velocidades estabelecidas e que, ele, orador, tinha sido procurado por muitas pessoas insatisfeitas. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que afirmou era-lhe uma honra retornar à Câmara Municipal, cumprimentando o presidente, os vereadores, o público presente, os internautas e os ouvintes. Aclarou que estava retornando, em meio a manchetes de jornais, que sugeriam uma possível cassação de seu mandato, sem entender muito bem os motivos de tanto ciúmes. Falou que tinha a experiência de um mandato anterior; que tinha noção que, na Câmara, poucos vereadores eram amigos entre si; que a maioria dos edis se preocupava em buscar para si; que estava retornando para a Casa de Leis e se deparara com um requerimento, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio, solicitando abertura de processo de cassação, mas que o vereador, signatário da propositura, tinha resolvido retirá-la, mostrando coerência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com a situação; que ele, orador, estava retornando para defender a população, somar, trabalhar em prol da sociedade que o tinha elegido, para o seu segundo mandato, e com um aumento expressivo de votos, democraticamente, fruto do seu trabalho e de suas propostas, pois não tinha conseguido votos, oferecendo emprego, nem casa aos eleitores; que receava a própria retirada do requerimento, porque, no futuro, por um motivo qualquer, desejando pressioná-lo, o autor, na intenção de coibi-lo e de intimidá-lo, poderia lançar mão do dispositivo, novamente, e salientou que, se fosse vontade da Casa votar a sua cassação, que os pares não titubeassem, embora não acreditasse fosse algo justo, e que, ele que era apenas um, não respondia por ninguém, mas tinha entendido a mensagem, através da coerência do Vereador Osvaldo Quaglio, e isto lhe dera forças. Depois, teceu críticas contra a administração, afirmando que a gestão estava ruim e não tinha planejamento. Falou que era do mesmo partido que o Prefeito Gustavo Stupp, o PDT, mas que não precisava, necessariamente, concordar com o que estava sendo feito, que existia grande dificuldade nos departamentos, principalmente no tocante à parte humana, porque poucos departamentos tinham condições de trabalho pleno. Repetiu que estava retornando à Casa a fim de somar, discutir assuntos, colocar seus projetos em pauta; mencionou a vaidade humana e se congratulou com a plateia cheia, frisando que a pressão popular fazia diferença e, para encerrar, convidou os munícipes a prestigiarem os trabalhos das sessões da Câmara, frequentemente, a fim de observarem o que cada vereador propunha na Casa. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota. Esta saudou os populares, moradores da Vila São José, presentes nas galerias, informando que realizara uma reunião, durante a última semana, para esclarecimentos sobre a demolição do prédio do AAA Vila São José, e que, apresentara pedido junto à administração, a fim de que a demolição não se efetivasse, antes da construção de uma nova sede social, pois a atual era bastante utilizada, principalmente, pela Terceira Idade e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

participantes do programa Pró Idoso. Disse que estava tomando muito cuidado com o assunto, que residia na Vila São José, sendo, portanto, vizinha dos solicitantes, e enfatizou que os moradores poderiam contar com o seu apoio. Sobre outro assunto, afirmou ter sido procurada por um grupo das Agentes Comunitárias de Saúde, que tinham lhe trazido sua reivindicação de equiparação salarial, assunto também abordado, na Casa, pelo Vereador Luís Roberto Tavares, objeto de lei federal aprovada em junho. A vereadora informou que já entrara em contato com o Setor Financeiro da Prefeitura e que, estava junto das solicitantes e do Vereador Luís Roberto, em busca da equiparação salarial da classe. Prosseguindo, a Vereadora Daniela Dalben falou sobre o corte do programa de equoterapia no município. Salientou que muito se ouvia dizer a respeito da pressão popular e que, ela acreditava a pressão popular não funcionava no Conselho Municipal de Saúde, ou o conselho estava, realmente, contra a população, ou tomando atitudes ‘antissus’, contrárias ao estabelecido pela Lei do SUS. Recordou que a Presidente do Conselho, Dra Rose Silva, tinha comparecido à Câmara; que a Dra Rose havia explicado que o conselho iria deliberar para cessar com os serviços de equoterapia; que a Casa havia feito um requerimento, pedindo o contrário; que municípios haviam comparecido à Câmara, que ficara com suas galerias repletas, mas que a resposta era a de que a deliberação continuaria, ou seja, que os serviços de equoterapia continuariam suspensos; que o conselho realizava deliberações em reuniões mensais, através de conferências, mas que as decisões do conselho precisavam ser homologadas pelo Poder Executivo e que, se o Poder Executivo não as homologava, a vereadora questionava o valor da deliberação. Colocou que a situação da cidade era muito complicada, com vários problemas, e o Conselho de Saúde, representante direto do povo, na área, que tinha por objetivos somar, trazer serviços, atender à universalidade e à integralidade, estava agindo contra, com atitudes ‘antissus’, repetiu. Concordou que o Executivo deveria ter passado o serviço pelo crivo do conselho, que isso fora uma falha, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que tinha certeza, isso fora feito sem que Gérson Rossi Junior, Secretário de Saúde, tivesse noção que incorria em erro, e disse de processo judiciais, como os do caso da câmara hiperbárica. A vereadora perguntou onde seria aplicado o dinheiro, oriundo do corte no serviço de equoterapia e afirmou que as pessoas com deficiência física e intelectual estavam sendo prejudicadas. Questionou o que poderia acontecer, se todos os pacientes, sem o tratamento, resolvessem ingressar na Justiça, a fim de obtê-lo, e acrescentou, dizendo que os pacientes não haviam ingressado na Justiça ainda, porque até então, tinham tido confiança de que o serviço se iniciaria e se firmaria. Finalmente, disse que o resultado de toda a celeuma seria uma enxurrada de processo judiciais e citou o salário da Presidente do Conselho, Rose Silva, que deveria receber algo em torno de vinte mil reais, questionando se este era um bom salário, comparando-o ao salário dos vários especialistas envolvidos numa única sessão de equoterapia. “A equoterapia não está abusando do dinheiro público, porque o dinheiro está sendo usado por pessoas que necessitam, pessoas com deficiência”, pontuou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que colocou a sua apreensão diante da situação que se via, nesse segundo ano de mandato do prefeito Gustavo Stupp, lembrando que muito tinha sido prometido durante a campanha, criando-se esperança, quando agora, na realidade, cortes eram feitos, cortes em todas as secretarias e quem sofria, realmente, era a população. Declarou que ninguém sabia o que poderia acontecer, futuramente; que desejava o melhor para cidade, que as coisas tomassem outro rumo, mesmo não sabendo dizer qual a direção e que, tinha preocupação com esta administração, que falava de cortes, mas criava novas secretarias, novos cargos e concursos eram abertos, com mais de sessenta cargos, que eram necessários, mas ponderava onde a administração iria buscar dinheiro, se o dinheiro destinado à Folha de Pagamento estava saindo de outras contas, inclusive, da conta do Conselho Municipal Idoso, algo que ela mesma, oradora, constatara. “Neste final de semana, nos jornais, vimos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que o prefeito conseguiu mais de sessenta milhões em verbas do Estado e da Federação e dos orçamentos estadual e federal, atualmente, muita coisa foi cortada; o Parque das Laranjeiras deverá receber um bom dinheiro e, mais uma vez, cria-se a esperança e eu pergunto como está tal questão?”, questionou. Perguntou se o dinheiro estava confirmado e onde estava depositado. Escutava dizer, que a administração iria vender bens municipais, bens que eram valiosos, uma garantia em circulação da prefeitura, portanto, inquiriu o que seria feito do dinheiro dessas transações de venda. “Será coisa boa, ou uma venda vã?”, perguntou a vereadora. Conclamou os pares para que muito pensassem, antes de votar os novos projetos, recém-chegados à Câmara, pois tinha preocupação, e falou do seu requerimento, solicitando à Mesa da Câmara que convidasse os deputados estaduais e federais, para uma visita ao município, município este, que lhes tinha rendido muitos votos na última eleição. Desejava que a população pudesse conhecê-los e que lhes fosse passada a real situação da prefeitura, para pedir a ajuda destes, que a própria população tinha escolhido. “Alguns desses, eu sei que conhecem a cidade, tais como Sílvio Torres e Barros Munhoz, mas acho natural que nos visitem e que a população possa conhecê-los e eles, por sua vez, possam agradecer os votos recebidos, e vamos pedir apoio para emendas, no sentido de se tentar mudar o que estamos vendo de realidade, hoje”, explicou e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que comentou a retirada do Requerimento de protocolo nº 599/2014, de sua autoria, solicitando abertura de procedimento para cassação do mandato do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, por alegação de afastamento irregular do vereador, para exercício do cargo de Subprefeito do Distrito de Martim Francisco. Citou que o Vereador Marcos havia dito que sua atitude era fruto de ciúmes, ou de ego, que, na Câmara, ‘era cada um trabalhando por si’, mas falou que ele, orador, por diversas vezes, tinha tentado trabalhar e fora impedido, por conchavos e articulações. Explicou que a apresentação do requerimento nada tinha de pessoal, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recordou que o Vereador Marcos Bento havia sido um dos vereadores, que tinham participado da revisão da LOM, na Legislatura passada, portanto, ele deveria saber que a lei o proibia de aceitar o cargo de Subprefeito de Martim Francisco, na administração municipal. Assim sendo, diante dos fatos, não restava alternativa a não ser pedir sua cassação, explicando que tinha retirado o requerimento, temporariamente, por questões de quórum e de suplência, porque o proponente e o acusado eram partes interessadas e deveriam se abster de votar. Afirmou que o Vereador Marcos Bento teria amplo direito de defesa e dentro da legalidade. “Quando a Vereadora Luzia Nogueira desejou se licenciar, eu votei contra, porque não achei justo que o fizesse e justifico ainda mais o requerimento de cassação, porque o objetivo do dispositivo da lei é assegurar a independência e a autonomia do Poder Legislativo, sem interferência de outro poder, para evitar a corrupção, e se não votarmos, o que pode vir a acontecer é abrir um precedente, porque o vereador, aqui, permanecendo na Casa, já coloca sob suspeita todas as votações”, explanou. “Coloco em cheque a Casa, em relação a pesos e medidas, porque o Poder Legislativo é uma Casa de Leis, não pode ter dois pesos e duas medidas e, se fizemos a lei, vamos cumprir a lei, ou estamos acima da lei?”, discorreu. Afirmou que seria difícil algum vereador votar contra a legalidade da lei, porque isso iria abrir um precedente para outras ações na Câmara; que a questão poderia até se tornar uma patifaria, nomeação e exoneração de acordo com o interesse do Chefe do Executivo, que ele, orador, tomava a atitude, independentemente, de gostarem, ou não, dele ser ofensivo, ou não, e que, os vereadores não estavam acima da lei, promovida por eles mesmos. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto. Este, inicialmente, agradeceu a aprovação dos seus requerimentos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os quais solicitavam, respectivamente, à direção da Techno Park – Estacionamento Rotativo – Zona Azul, fosse emitida uma notificação de autuação, antes da aplicação de penalidade ao motorista e requerendo isenção total de cobrança de estacionamento para os idosos e cadeirantes. Observou que, desde a mudança da lei do estacionamento rotativo – Zona Azul, defendia uma notificação ao munícipe, antes da aplicação da multa, bem como também defendia a isenção aos idosos e cadeirantes, para que o sistema não se tornasse uma ‘máquina de multas’, uma ‘maquina de arrecadação’. Falou que não achava justo a empresa multar sem uma notificação anterior e nem que idosos e pessoas com deficiência pagassem o estacionamento. “Fiz vários pedidos verbais, não resultaram, então apresentei os requerimentos e vou lutar para mudar tudo isso, primeiramente, através do requerimento, depois, em outras esferas, tentando reverter esta situação, para que tais pessoas não sejam multadas, arbitrariamente, enquanto vão à busca do crédito e eu agradeço o apoio e a aprovação”, destacou. Para concluir, registrou a visita dos senhores Dilson Guarnieri, Provedor da Santa Casa, e do senhor Josué Loli, membro da Mesa Diretiva do hospital, que tinham vindo à Câmara, numa reunião com a presidência, interessados que estavam no repasse de verbas para a Santa Casa, possível este, através da aprovação do projeto de devolução da verba do duodécimo da Câmara, ao Poder Executivo. “Vieram me pedir, que eu transmitisse aos pares o pedido da entidade, para aprovação do projeto, permitindo assim, o repasse, a devolução antecipada do duodécimo da Câmara, e fica o pedido deles e o convite que deixaram, para que visitem a Santa Casa, estão à disposição para qualquer esclarecimento, ou para a visita”, sublinhou e concluiu sua participação. Não havendo mais oradores inscritos, novamente na direção dos trabalhos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h59, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Resolução nº 07, de 2014, de autoria da Mesa da Câmara, "autorizando antecipar devolução de saldo de Banco e Caixa, duodécimo, ao Poder Executivo e dando outras providências". Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este explicou que a devolução do saldo era algo que sempre ocorria nos finais de ano, automaticamente; que a prefeitura havia requerido a antecipação, por causa do saldo negativo de seu caixa, para um fôlego à área da saúde e para repasse à Santa Casa e suas dificuldades do setor de saúde, que os vereadores opositoristas tinham até pensado numa emenda, para atrelar a devolução ao repasse para a Santa Casa, mas que este procedimento era inconstitucional, e que, desejava acreditar, firmemente, que o montante seria utilizado para melhoria na saúde, porque a saúde era muito importante, e rogou para que o dinheiro não fosse utilizado em coisas sem necessidade, pedindo a todos que vigiassem, para que o dinheiro fosse mesmo remetido à saúde. Finalizando, registrou seu voto favorável à matéria. Depois, discutiu o Vereador Cinoê Duzo, salientando que a questão era delicada, pois se tratava da área da saúde e que, daria o seu voto favorável à administração, algo complicadíssimo, porque olhava para a causa, que era a saúde. "O Poder Executivo está pleiteando esta devolução do duodécimo, deixo a sugestão para que o próprio gabinete repasse a verba para a Santa Casa e seus fornecedores, para que chegue ao destino, e, se não o fizer, que, ao menos, comprove, através de uma minuta, para que esta Casa de Leis seja oficiada, da mesma forma como elaboram o projeto", registrou. Afirmou que a causa era nobre, mas o destinatário, a prefeitura, era duvidoso e que, desejava dar um voto de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

confiança, mas pedia que tal confiança fosse uma via de duas mãos e explicou que dúvidas existiam. “A dúvida paira, porque Jonas Filho nos reuniu e pediu o apoio desta Casa, mas percebendo que não haveria o apoio desta Casa, o prefeito, através de decreto, tomou uma decisão e ponto, portanto, que o prefeito respeite esta Casa e que os vereadores se deem o verdadeiro valor”, frisou e encerrou participação. O próximo orador a discutir o projeto foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que concordou com a ideia da emenda do Vereador Osvaldo Quaglio, pretendendo veicular o dinheiro do duodécimo para destinação à saúde, mas reconheceu, assim como o nobre par, a inconstitucionalidade da proposta. Sustentou que na mensagem anexa ao projeto, o prefeito alegava que os valores seriam empregados para pagamentos de fornecedores da Secretaria de Saúde, para a Santa Casa, para fornecedores do Consórcio Intermunicipal de Saúde e ‘etcetera e tal’; que os valores seriam remetidos a um cofre único, não sendo possível ao Legislativo veiculá-los; que os valores eram devidos à prefeitura e deveriam ser devolvidos até o final do exercício anual, até dia 31 de dezembro; que se tratava apenas de uma antecipação; que a mensagem do projeto estabelecia a devolução, destinada à área da saúde, que a Santa Casa estava há quatro meses sem receber o repasse financeiro da prefeitura e que, era humanamente impossível o prefeito pegar o dinheiro e pagar outros fornecedores. “Nem precisam fazer apelos e dizer de voto de confiança, porque é inadmissível que o prefeito pegue o dinheiro e invista em outra área, pois fará conforme consta no projeto”, acentuou e concluiu. Também discorreu sobre o projeto a Vereadora Dayane Amaro Costa. A vereadora destacou que, apesar do projeto ser de autoria da Mesa Diretiva da Câmara, da qual fazia parte, ele não continha sua assinatura, porque não concordava com a devolução antecipada do duodécimo, haja vista que a prefeitura tinha que ter planejamento de seus atos e não utilizar o duodécimo como ‘Plano B’, reserva. Propôs a devolução somente no final do ano e destacou que não confiava no prefeito, tampouco, no ‘etcetera e tal’ constante



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no projeto, que já tinha dado muitos votos de confiança ao prefeito, decepcionando-se, em demasia, principalmente, nas questões de acessibilidade e da pessoa com deficiência, e que, tinha ciência da situação da Santa Casa e suas necessidades, mas não acreditava que a devolução do duodécimo, contando com o dinheiro da Câmara, fosse solucionar os problemas da prefeitura, a falta de planejamento nas ações. Reafirmou que não daria outro voto de confiança ao prefeito, pois votaria contrariamente à matéria. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy que perguntou qual o montante do valor a ser devolvido, aguardando a resposta. Na sequência, ocupou a tribuna a Vereadora Maria Helena S. de Barros, que salientou que, exatamente, o projeto de resolução não falava nada sobre valores e leu todo o teor do projeto, para provar. Disse que, ao contrário da Vereadora Dayane Amaro, daria um o voto de confiança ao prefeito, porque se tratava de dinheiro para a Santa Casa e mesmo porque, pretendia acompanhar o trâmite da devolução e aplicação financeira, mas afirmou, para finalizar, que a vereadora Dayane tinha razão em suas palavras. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que solicitou a suspensão dos trabalhos para uma rápida reunião com o Procurador da Câmara, Dr. Fernando Márcio das Dores, para dirimir as dúvidas a respeito da matéria. O pedido foi acatado pelo Presidente Benedito José do Couto, a sessão foi suspensa às 21h38 e reaberta às 21h46, quando a matéria foi submetida à votação; (colocada a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Projeto de Resolução nº 07/2014, da Mesa da Câmara de Mogi Mirim); (ao Presidente para promulgar, “ex-vi” do Artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso I do Artigo 171 do Regimento Interno: 2. REQUERIMENTO nº 572, de 2014, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “requerendo ao Prefeito Municipal a possibilidade de doação de uma área para instalação do Posto do INSS, no Município de Mogi Mirim”**. Para discussão a pedido do Vereador Doutor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ary Augusto R. de Macedo, este fez uso da palavra. Explicou que existiam duas Leis Municipais, a de nº 5.174, de 25/08/2011, que falava de doação de um terreno para o INSS, e a nº 5.218, de 09/12/2011, que prorrogava o prazo para o início das obras, esta última, ainda em vigor, razão pela qual não via sentido no pedido de doação de outra área para o INSS, aclarando que fora por tais motivos que havia solicitado a discussão da matéria. Para responder, fez uso da palavra o autor do requerimento, Vereador João Antonio Pires Gonçalves. Ele explanou que fora procurado pela Chefe do Posto local do INSS, senhora Marta, que lhe encaminhara pedido, solicitando doação de nova área para sede do Posto do INSS, porque a área, anteriormente doada, quando então prefeito Carlos Nelson Bueno, localizada na gleba da Vila São José, não possuía escritura, dificultando assim, a efetivação da doação. Narrou, que no dia 20 de abril de 2012, o Gerente Executivo do INSS na região, Marcelo Mota, tinha solicitado toda a documentação, para efetivar a doação, e que, o então prefeito Carlos Nelson Bueno não a tinha fornecido; que o gerente tinha reiterado o pedido em 27 de agosto do mesmo ano, sem, novamente, ter sido atendido; que passado o tempo, o atual prefeito Gustavo Stupp, também não tinha remetido a documentação para início das obras; que possuía informações confiáveis, de que um projeto, para revogação da doação da área, localizada na Vila São José, estava chegando à Câmara, porque a prefeitura não tinha condições de concluir a doação ao INSS, haja vista a falta de documentação, de escritura e matrícula da área; que o Prefeito Gustavo Stupp tinha empenhado a palavra, de que conseguiria outra área, talvez a área do antigo aeroclube, de dois mil metros quadrados, com escritura, e que, o INSS precisava de uma nova área, e se pretendia esta, próxima do antigo aeroclube e do atual Centro Lucy Montoro. Para encerrar, disse aos pares que ficassem à vontade para votação. Assumiu a tribuna, ato contínuo, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que ratificou as palavras de seu antecessor na tribuna, afirmando que o prefeito pretendia revogar a área, localizada na Vila São José,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque desejava doar uma nova área, e a área na Vila São José já estava sendo pleiteada para a venda, subdivida em duas áreas menores, uma delas, permanecendo em poder do município. Finalizando, lembrou que a área do município não estava regularizada, que o assunto era complexo e que, votaria favoravelmente ao requerimento, mas salientou que o prefeito deveria, primeiramente, antes de pretender doar nova área, revogar a lei anterior, de doação ao INSS, ainda em vigor. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, desde logo, destacou seu voto favorável ao requerimento. Depois, contou que a sede do clube AAA Vila São José seria demolida; que o projeto da prefeitura objetivava dar continuidade à avenida, onde existia o antigo leito da Ferrovia FEPASA; que a área não tinha matrícula; que se pretendia regularizá-la, com retificação de área, que um projeto seria remetido à Câmara, contendo a divisão daquela área em vários lotes, seis, ou oito, e que, dois desses lotes, próximos à esquina, ficariam de posse da AAA Vila São José e que, entendia como justa uma doação de área para instalação do Posto do INSS em Mogi Mirim. (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Requerimento nº 572/2014, do Vereador João A. P. Gonçalves); (oficie-se como requer); **“ex-vi” do disposto no § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. PARECER nº 85/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, ao Balancete Mensal, da receita e da despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de Agosto/2014”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Parecer nº 85/2014, da CFO); (arquite-se); **EM SEGUNDO TURNO:** **“ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 278/13, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim” e dando outras providências; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa aprovou, por treze (13) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, o Projeto de Lei Complementar nº 19/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena S. de Barros, que abordou a venda das áreas, pertencentes à prefeitura, na Vila São José e no distrito industrial José Marangoni, objeto dos Projetos de Lei nºs 114 e 115/2014, lidos na sessão em curso. Explanou que sua preocupação maior era relativa ao repasse de vinte e três milhões e meio, oriundo de um financiamento da Caixa Econômica Federal – CEF e à questão da duplicação da capacidade da estação e tratamento de água. “Há alguns meses, demos autorização para o prefeito delegar, na forma da lei, a exploração o serviço público de águas, então, minha preocupação é o município ingressar no financiamento de mais de dois milhões de reais, dando a contrapartida, o município se endividar e, depois, o prefeito usar a lei, passando à iniciativa privada a exploração do SAAE, pois nada impede o prefeito de fazer tal bobagem, porque ele busca o financiamento, o município se endivida e ele, depois, repassa à iniciativa privada”, colocou. “Eu visitei a área de quase dois alqueires, trinta e sete mil metros, no ângulo da Avenida da Saúde, área que faz divisa com as áreas da Paulitec, e eu tenho a informação de que tal área ficou para o município, como pagamento da desapropriação da Usina Virgulino, há uma confusão, com áreas que não têm matrícula, portanto, é melhor irmos com calma, vereadores, pois não há matrículas, não existem escrituras, trata-se de área nobre, a do aeroclube, logo, temos que nos informar bem; o prefeito quer fazer sete milhões de reais, em dinheiro, mas todas essas áreas, em sua maioria, estão comprometidas, já chegaram dois projetos e eu peço que avaliem, com cautela, a disposição de autorizar a venda, porque não sei se o prefeito merece toda a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

confiança”, falou e concluiu sua participação. Depois, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que falou sobre o projeto de sua autoria, lido na presente sessão, dispondo sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais, nos registros municipais, relativos aos serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta. Expressou que o projeto já era lei em outras cidades e que o apresentara também, a pedido da ONG Quatro Estações, ONG esta, que, inclusive, desejava comparecer na Casa, no dia da apreciação da matéria. A vereadora disse que o nome social era um direito daquele que escolhia sua opção sexual e desejava ser tratado de maneira justa, pelo nome que tinha escolhido para si, evitando, assim, discriminação e constrangimentos. Com relação à sua posição contrária ao Projeto de Resolução nº 07/2014, para antecipação da devolução do duodécimo, a vereadora reafirmou que nada tinha contra Santa Casa, mas fora contra a falta de planejamento da prefeitura, uma irresponsabilidade, motivo do seu voto contrário. “A Santa Casa pode contar como meu apoio, inclusive, para a busca de verbas junto a deputados”, destacou e concluiu. Como os próximos inscritos, Vereadores João Antonio Pires Gonçalves Osvaldo Aparecido Quaglio, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. Este, de início, mencionou a indicação que apresentou, sugerindo a demarcação e a sinalização de solo na Avenida Benedito Marques de Camargo, nos acessos às rotatórias e no acesso à Avenida Dr. João Avancini. Explicou que a Avenida Benedito Marques de Camargo se iniciava na passarela da Vila Dias e terminava na rotatória de acesso ao Bairro Linda Chaib, com Rodovia Élzio Mariotoni e que, que a sinalização era péssima no local, com os carros saindo do Túnel Mário Covas, adentrando pela Avenida Dr. João Avancini, onde existia também, o fluxo de alunos da EE Valério Strang, além de trabalhadores, não existindo ali, qualquer sinalização, nem de solo, sem placas indicativas. Continuando, o Vereador Luís Roberto Tavares se congratulou com a Auditora do Município, Dra. Beatriz



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Amoedo Campos Gualda, porque sua pasta municipal tinha conseguido aprovar, na Secretaria de Estado da Justiça, dois projetos para Mogi Mirim, conquistando a verba de três milhões de reais, para ser aplicada no Complexo Lavapés e no Núcleo Integrado de Atividades Sociais – NIAS, na zona leste. “Parabéns Dra. Beatriz, pelo ganho que o município teve, e existe muita gente fazendo propaganda em cima deste projeto e dos três milhões de reais, destinados para o Complexo Lavapés e para o NIAS, mas foram conquistados através Secretaria de Justiça, uma indicação do Deputado Vanderlei Macris, e todo o mérito é da Secretária Beatriz Gualda e seu pessoal”, sublinhou. Especificamente, sobre o NIAS, explicou que o conselho gestor acatara, integralmente, o laudo do Instituto de Pesquisa e Tecnologia e a prefeitura tinha prazo de trinta dias para executar a readequações no projeto do NIAS, que passado isso, o convênio se efetivaria e, a partir de 2015, a zona leste seria contemplada com um projeto audacioso. Mogi Mirim teria no Complexo Lavapés, uma referência de lazer social, no centro da cidade, e o NIAS, servindo toda a zona leste. Para encerrar, o vereador agradeceu ao Deputado Vanderlei Macris, pelo conselho dessa verba, e cumprimentou o Zezinho do Papelão, pelo transcurso de seu aniversário natalício. Como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que também discorreu sobre a sua posição em relação à votação do Projeto de Resolução nº 07/2014. Destacou que tinha votado favoravelmente, porque mantinha conversações com o Provedor da Santa Casa, Dilson Guarnieri, e com Sebastião Zoli, membro do conselho, portanto, era ciente da necessidade do repasse dos valores, haja vista que a prefeitura diminuía o valor do repasse, em cem mil reais/mês, totalizando quatrocentos mil reais não repassados e que, os vereadores tinham agido de forma correta, aprovando a matéria, embora o pensamento da vereadora Dayane Amaro estivesse correto, ou seja, de que a Prefeitura deveria ter se programado, ao invés de se socorrer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

na antecipação do duodécimo da Câmara. “O próprio Poder Executivo está mencionando que deverá repassar à Santa Casa e nós estamos cumprindo com a nossa parte e, se o município não fizer o que disse que fará, será esta mais uma irresponsabilidade do Poder Executivo, porque nós devemos assumir a nossa responsabilidade, que é votar de acordo com nossas consciências e, depois, acompanharmos o andamento, para ver se o Poder Executivo fará a transferência como colocado, ver se o prefeito será correto”, destacou. Também versou sobre os projetos referentes à venda de terrenos municipais, outro ponto de grande observação, dizendo que os vereadores deveriam votar de forma coerente, caso a caso, porque, desde logo, já se posicionava contrário a uma votação em bloco dos projetos, justamente, pelo mesmo pensamento da Vereadora Dayane Amaro, ou seja, porque, atualmente, o Poder Executivo não fazia jus à confiança dos vereadores. Declarou que se deveria ter muita atenção com projetos que tratavam de dinheiro e lembrou que a Secretária Municipal de Finanças, Sra. Elisanita de Moraes, tinha sido condenada, juntamente com o ex-prefeito de Holambra, por improbidade administrativa, enquanto gestora financeira daquele município. “No caso dos terrenos, vamos analisar caso a caso, com a verba direcionada, tanto o da Vila São José, quanto o terreno do Jardim Saúde, que envolve a construção do novo aeroporto, porque, num pacote único, não votarei de forma alguma, haja vista que o prefeito e seus gestores não sabem administrar o dinheiro”, destacou e encerrou seu discurso. A próxima oradora a fazer uso da palavra em “Explicação Pessoal” foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que deu a justificativa a respeito de seu voto contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 19/2014, estabelecendo que era contra a criação de novas secretarias e que, via a Secretaria de Tecnologia, objeto do projeto de lei complementar, como algo importante no mundo atual, pois existiam muitas aparelhagens defasadas e isto, de modo geral, trazia perdas à população, mas lembrou que este não era o momento ideal para sua criação, haja vista a precária situação financeira da prefeitura,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um quadro de muitas dívidas. Com relação à antecipação da devolução do duodécimo da Câmara à prefeitura, a vereadora tinha entendido que o valor seria um montante menor que o aprovado e tal constatação a deixara estampada e a fizera refletir, levando-a a perguntar como se daria o exercício de 2015. “A administração tem que planejar, é questão de gestão, planejamento, esta falha é preocupante e vai mais um conselho para administração, para que pense muito bem sobre o que está fazendo”, disse e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que prosseguiu com suas críticas à administração e ao jornal, encadernação tabloide de propaganda dos atos da administração. Perguntou como a prefeitura podia fazer um jornalzinho de tamanho nível, com material tão caro, seis folhas, se era sabido que a prefeitura não tinha dinheiro algum e fez o cálculo da tiragem e dos custos, chegando à conclusão de que tinham sido cento e oitenta mil reais jogados fora com propaganda enganosa. Perguntou se este era momento para propaganda, por que o dinheiro não tinha sido utilizado na saúde, ou na Santa Casa e criticou a falta de investimentos em segurança, em equipamentos para o Corpo de Bombeiros, na frota de ambulâncias. Afirmou que o prefeito queria, realmente, jogar o dinheiro fora; que ele pedia apoio, mas não dava exemplo, pois era irresponsável; que tinha dúvidas se a verba do duodécimo seria, de fato, remetida à Santa Casa, porque dinheiro, na mão do Prefeito, era verdadeiro vendaval. Falou que as propagandas eram todas duvidosas e, com base nisso, perguntou como era possível confiar nas mensagens dos projetos, por que a administração não utilizava um dos jornais da cidade, como imprensa oficial, e respondeu ele mesmo, que era porque o prefeito precisava do marketing, do merchandising, enquanto que a cidade necessitava, urgentemente, de coisas pontuais. Enfatizou que o prefeito estava ‘jogando dinheiro fora’, dando péssimo exemplo, que o prefeito era um mentiroso, porque, quando vereador, dizia que iria revolucionar a cidade, mas a estava vendendo. “Se ele conseguir este intento, parte da cidade já terá ido e vamos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

justificar que fomos enganados pelo prefeito, ou que o vereador pensou numa coisa e votou noutra?”, inquiriu e, para encerrar, salientou que ninguém forçava ninguém a nada e que isto era democracia, mas se deveria assumir a responsabilidade pela posição tomada. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. Este solicitou fosse guardado, durante o tempo que tinha para uso da palavra, um respeitoso Minuto de Silêncio em memória do senhor Simão Pedro, ex-chefe de gabinete do governo Carlos Nelson Bueno, falecido na data, o que foi acatado pelo presidente e cumprido, com todos os vereadores em pé. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que denunciou problemas de despejo de lixo e entulho clandestino em área da FEPASA, situada na Avenida Adib Chaib, para lá do Centro de Especialidades Médicas – CEM, em frente à área da empresa Catrólio, pedindo providências, porque os responsáveis não eram encontrados, ninguém era multado e diziam que havia autorização do município para despejo de entulho naquela área. Disse que iria apresentar requerimento sobre o assunto, pedindo informações e providências. Ato contínuo, afirmou que todos os vereadores deveriam ter muita cautela e união, para fazerem ‘as coisas acontecerem’ dentro da Câmara e, com relação à Santa Casa, destacou que o montante do duodécimo, destinado ao hospital, cerca de quatrocentos e vinte e cinco mil reais, não daria sequer para pagar os juros mensais da entidade, junto aos bancos. Dirigiu-se à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que tinha grande influência junto ao Governo do Estado, pedindo que ajudasse a recuperar o município, que buscasse também o correligionário do PSDB, Deputado Estadual reeleito Barros Munhoz, que tinha obtido grande votação na cidade, a fim de que olhasse para Mogi Mirim, pois tinha feito muito no passado, mas, agora, deveria fazer, novamente. Para encerrar, agradeceu o jornal O Impacto que escutara seu lado, em relação a uma possível cassação de seu mandato, e tinha publicado sua versão na íntegra, sendo imparcial. Como a próxima inscrita, Vereadora Daniela Dalben Mota, desistisse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. O vereador concordou com as palavras do Vereador Marcos Bento, que havia dito que o valor a ser repassado à Santa Casa era irrisório, diante das dívidas e necessidades da entidade. Disse que cabia aos vereadores do PSDB, principalmente, à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que era próxima ao Governo do Estado, e aos outros edis, irem em busca de verbas, de apoio, de emendas parlamentares, em São Paulo, e afirmou que faria também ele a sua parte, que convidaria seu correligionário, Vereador Luiz Guarnieri, para acompanhá-lo até Brasília, onde procurariam os deputados Arlindo Chinaglia, do PT, e Andrez Sanches, para socorro de verbas. “Assim fica fácil articular, porque política é isso, política nada mais é do que articulação, conversas e, sucessivamente, conseguir conquistar pontos-chaves”, ponderou. Para concluir, solicitou que, depois do repasse, houvesse gestão no hospital, porque a dívida da Santa Casa parecia nunca ter fim, porque a entidade estava constantemente endividada, e conjecturou se era caso de uma má gestão, porque o hospital recebia bastante dinheiro e havia também muito dinheiro público empregado na Santa Casa, e ele, orador, era sabedor dos valores recebidos pela entidade, haja vista que tinha realizado uma audiência pública e possuía dados concretos sobre o assunto. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento da senhora *Doreide da Silva do Nascimento*, ocorrido em 02 de novembro último. Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h42, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM